



À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº: 2357/2022

Modalidade: Pregão

Edital nº: 030/2024

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: Refere-se à “SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS VENCIDOS”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0009-17, localizada na cidade de Queimados/RJ, na Rua Poacu, s/n, Campo Alegre, CEP nº 26.373-250, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar as

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão desta d. Comissão de Julgamento das Licitações que habilitou a empresa **MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME**, amparada na Lei nº 14.133/21, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos.

1. DOS FATOS

No procedimento licitatório promovido pelo Município de Sumidouro/RJ, referente ao Processo Licitatório nº 2357/2022, Pregão Eletrônico 030/2024 cujo objeto era **SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS VENCIDOS**, para atender às necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a empresa **MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME** foi declarada vencedora de forma equivocada.

Durante a fase de habilitação, constatou-se que a referida empresa apresentou diversas



falhas graves na documentação exigida pelo edital, comprometendo a sua regularidade para participar do certame. As inconsistências observadas na documentação indicam um descumprimento dos requisitos mínimos de habilitação, evidenciando a falta de conformidade com as exigências legais e editalícias.

Essas irregularidades prejudicam o caráter competitivo e isonômico do processo licitatório, configurando uma afronta aos princípios da legalidade, igualdade e competitividade que devem nortear a condução dos certames públicos. Diante disso, a manutenção da decisão que declarou a empresa **MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME** como vencedora do certame compromete a lisura e a transparência do procedimento, além de causar prejuízo aos demais licitantes que atenderam corretamente às exigências do edital.

2. DAS IRREGULARIDADES

2.1. DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA

Durante a análise das propostas apresentadas no certame licitatório, verificou-se que o lance final ofertado pela empresa **MKM DE SUMIDOURO COMERCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA** é manifestamente **inexequível**, uma vez que se encontra consideravelmente abaixo do preço de referência estabelecido no edital. Ainda que aparentemente o valor arrematado tenha ficado poucos centavos acima do mínimo exequível, o valor não poderá ser executado, conforme se fundamenta a seguir.

Importante frisar, que a Administração deve revestir-se de segurança, sendo que na basta para comprovação de exequibilidade, ter os valores ficado pouco abaixo do “corte” dos 50% de exequibilidade, mas sim, analisar categoricamente os valores de cada item, e a capacidade de realmente atendê-los.

Não foi preciso de muito para concluir que o valor arrematado não pode, nem mesmo de longe, ser realmente executado pela arrematante. Explica-se:

O valor de referência do edital é de R\$ 240.960,00, enquanto a proposta vencedora foi de R\$ 120.600,00, representando uma redução de aproximadamente 49,95% em relação ao valor estimado.



Conforme se retira da proposta final reajustada da empresa Habilitada, assim foi valorado os itens do serviço:

Lote	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R\$	Total R\$
1	2.000,00	H	Serviço de Coleta de Resíduos hospitalar e de Medicamentos Vencidos-caminhoneta com capacidade de 1.000 kg, no total de 01 veículo	SERVIOESTE	SERVIOESTE	R\$ 29,00	R\$ 58.000,00
1	12.000,00	KG	Destinação Final de Resíduos Sólidos de Saúde	SERVIOESTE	SERVIOESTE	R\$ 3,49	R\$ 41.880,00
1	7.000,00	KG	Destinação Final de Medicamentos vencidos	SERVIOESTE	SERVIOESTE	R\$ 2,96	R\$ 20.720,00
						Total R\$	120.600,00

Para melhor demonstrar a inexecuibilidade, esclarece-se item a item. Vejamos.

Item 1:

VALOR APRESENTADO DE R\$29,90

Serviço de Coleta de Resíduos hospitalar e de Medicamentos Vencidos-caminhoneta com capacidade de 1.000 kg, no total de 01 veículo	H	2.000
--	---	-------

O item acima contempla todas as despesas relacionadas a coleta, seja ela com depreciação do veículo, combustível, insumos (o edital exige bombonas e ou contentores), além de mão-de-obra, e o valor é pago por hora trabalhada. São segundo o próprio edital 4 coletas semanais, aproximadamente 8:48 horas por dia, tudo isso de acordo com as informações do próprio edital, o que não vem ao caso pois estamos falando de valor unitário por hora trabalhada.

Levando-se em conta que o salário de um motorista e um coletor com os devidos encargos fica em aproximadamente R\$ 7.333,06 para uma jornada de 220 horas mensais, ou seja, se pegarmos o salário do motorista e coletor e dividirmos pela jornada mensal prevista de 220 horas, teremos o valor unitário de R\$ 33,33 por hora trabalhada, ou seja, **já acima do valor apresentado de R\$ 29,90**, porém, temos ainda despesas com combustível, depreciação do veículo, manutenção, aquisição dos insumos, impostos, dentre outras despesas inerentes a atividade. Importa salientar que não há como justificar, por exemplo, a sede da empresa ser no Município, pois o edital pede 2000 horas trabalhadas, ou seja, jornada em deslocamento e ou em atendimento a outros clientes não se aplica.

Isto deixa evidente a impossibilidade de atendimento ao preço ofertado, e a latente INEXEQUIBILIDADE DO VALOR.



Item 2:

VALOR APRESENTADO DE R\$ 3,49

Destinação Final de Resíduos Sólidos de Saúde	KG	12.000
---	----	--------

No item acima temos uma COMPROVAÇÃO da inexecutabilidade fornecida pela própria empresa, onde ela apresenta uma proposta com valor unitário por kg de R\$ 3,49 e na apresentação dos documentos ela apresenta um contrato de tratamento e destinação final com uma empresa terceirizada, cujo valor unitário por KG é de R\$ 6,02, ou seja, o custo de destinação é mais de 70% acima do valor apresentado para a execução dos serviços. Abaixo item da proposta contratual:

14. Preço:

- ✓ R\$ 6,02 (seis reais e dois centavos) por quilograma ou
- ✓ R\$ 138,24 (cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) não havendo nenhum descarte dentro do mês.

Desta forma, manifestamente inexecutável o valor arrematado pela empresa MKM, que muito embora tenha deixado o valor de R\$ 3,49 para o item, seu custo para o serviço, em verdade, é quase o dobro do valor arrematado.

Item 3:

VALOR APRESENTADO DE R\$2,96

Destinação Final de Medicamentos vencidos	KG	7.000
---	----	-------

Para o item acima, embora o valor esteja dentro da margem de aceitabilidade, a proposta e contrato foram emitidos após a data do pregão que foi em 30/08/2024, ou seja na data do pregão a empresa MKM nem se quer teria onde destinar os resíduos e essa era documentação exigida e deveria ser apresentada no dia do pregão.

Portanto, em vista do exposto, a proposta da empresa vencedora não atende as exigências do edital, deixando de comprovar a adequação dos custos apresentados aos parâmetros estabelecidos, o que gera fundadas dúvidas quanto à capacidade de executar o objeto do contrato



com a qualidade e segurança necessárias.

A inexecutabilidade do valor proposto revela um claro risco de descumprimento contratual, uma vez que valores extremamente reduzidos não são compatíveis com a execução das obrigações previstas, podendo resultar na prestação de serviços de baixa qualidade, interrupções no contrato ou até mesmo inadimplência por parte da contratada. Essa situação contraria os princípios da eficiência e economicidade, prejudicando o interesse público e colocando em risco a finalidade do contrato.

Em tempo, deve-se lembrar do princípio da VINCULAÇÃO DO EDITAL, onde condiciona as participantes a obedecer estritamente o que o instrumento convocatório dispõe. Nisto, temos que o item 8.4 não foi obedecido, pois o valor do lance final da vencedora foi aceito, porém, é INEXEQUIVEL nos termos do próprio edital.

A fragilidade de uma proposta inexecutável pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

Respeitosamente, considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado. Ademais, valor inexecutável entende ser a doutrina como sendo:

“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559).

Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à Administração, como da eficiência, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora.

A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do



contrato administrativo, tendo por fundamento, precípua, as propostas inexequíveis apresentadas.

De mais a mais, o que deve ser levado em consideração por parte desta r. Comissão são os princípios da INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, bem como da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (Lei 9784/99).

Ademais, é preciso observar pelos licitantes os critérios legais e doutrinários supracitados, a fim de que seja garantido um mínimo de qualidade do serviço a ser prestado, atendendo perfeitamente às exigências do Edital.

Portanto, **a apresentação de propostas, menos que a metade do valor referencial, configura o reconhecimento, por parte da Administração, de sua inexequibilidade e consequente desclassificação do procedimento licitatório.** E da mesma forma o descumprimento ao instrumento convocatório ao não apresentar todos os documentos ali exigidos.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:

Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos. Além disso, transgride o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária. (grifo nosso)

Não há dúvidas que o ato que declarou a citada empresa como vencedora da licitação deverá ser reformado, pois afrontou diretamente os princípios licitatórios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da isonomia entre os licitantes, proeminente sobre os demais no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios ou tolerância de vícios e irregularidades para os participantes do certame, principalmente.

A manutenção da habilitação da Recorrida, afronta até mesmo a moralidade administrativa, que deve permear toda atividade do administrador público, exigindo uma atividade responsável e coerente para a correta identificação dos padrões de conduta que individualizam o bom administrador, vinculando-o à finalidade pública que é peculiar à atividade estatal, sempre com a necessária impessoalidade que deve estar presente em atos desta natureza. PORTANTO,



FAVORECER DETERMINADO LICITANTE, CONFORME SE ESTÁ FAVORECENDO A RECORRENTE, ESBARRA NA MORALIDADE PERSEGUIDA

Portanto, a aceitação de uma proposta com valores tão abaixo do preço de referência, sem a devida comprovação de sua exequibilidade, afronta diretamente as disposições do edital e os princípios da administração pública, devendo ser reavaliada a decisão que declarou a empresa MKM vencedora do certame.

2.2. DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme o item 9.3.10 do edital, 9.16 do Termo de Referência e o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes devem **comprovar sua qualificação técnica por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica registrados nos conselhos competentes**, certificados de responsáveis técnicos devidamente vinculados à empresa, e comprovantes de registro da empresa nos respectivos conselhos de classe (CREA, CRQ, CRBio, entre outros).

No entanto, a empresa MKM não atendeu a esses requisitos básicos de qualificação técnica, apresentando documentos que não comprovam sua aptidão para a execução do objeto do certame. Dentre as falhas identificadas, destacam-se:

2.2.1. **Atestado Técnico Com Objeto Diverso ao da Licitação:** A empresa apresentou atestados de capacidade técnica que não tem qualquer relação com o objeto do presente edital.

Conforme o item 9.16 do Termo de Referência, é obrigatória a apresentação de certidões ou atestados devidamente emitido pelo conselho profissional competente:

Qualificação Técnica

9.16. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O Atestado de Capacidade Técnica comprova a competência das empresas em executar os serviços ou fornecer os produtos requeridos pela administração pública. A falta deste documento pode resultar



na desqualificação do licitante, tornando-o incapaz de participar do certame.

O objeto ora licitado é de complexidade técnica elevada, sendo que para que o concorrente possa participar, deve comprovar que possui aptidão para tal. No caso, a empresa deve comprovar que possui condições de COLETA, TRANSPORTAR, TRATAR E FAZER A DISPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE.

A etapa de maior relevância inclusive, é o tratamento dos resíduos de saúde, que requerem uma série de condições para que seja devidamente destinado, de forma ambientalmente adequado.

É sabido que os RSS necessitam de sua devida **coleta, transporte e tratamento** antes de serem encaminhados para sua destinação final, sendo esta etapa realizada antes de ser dado a destinação final do resíduo a de **MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA**, para a execução do objeto, visto que, não sendo realizada de maneira correta vai causar prejuízo ambiental, podendo sofrer o município sanções.

Importante descrever as etapas que envolvem o objeto licitado, vale dizer que para suprir o objeto licitado são recomendados dois tipos de tratamento: o tratamento por autoclavagem (e afins) e o tratamento térmico por incineração.

- **Tratamento por autoclave:** é o tratamento recomendado para resíduos dos Grupos A e E, com os subgrupos “A1” (biológicos), “A4” (biológicos) e grupo “E” (perfurocortantes), que representam cerca de 90% (oitenta e cinco por cento) da quantidade gerada. Esta tecnologia promove a redução da carga biológica dos resíduos, de acordo com os padrões exigidos, ou seja, eliminação do *bacillus stearothermophilus*, no caso de esterilização, e do *bacillus subtilis*, no caso de desinfecção; sendo obrigatória sua descaracterização, para os resíduos cuja tratabilidade é permitida pela legislação.
- **Tratamento por incineração:** é recomendada nos casos dos resíduos dos subgrupos, “A3” (peças anatômicas), “A5” (resíduos contaminados com príons) e do grupo “B” (químicos e fármacos) quando tratados, alguns resíduos do grupo B podem ser dispostos diretamente em aterro apropriado classe I. Outrossim, para os resíduos do subgrupo A2 é determinado o tratamento pelo sistema de incineração ou outra tecnologia licenciada para este fim, comprovando a eliminação de micro-organismos infectantes presentes na massa dos RSS.



Em resumo, no mínimo a empresa participante deveria apresentar atestado de capacidade técnica que demonstrasse sua capacidade de TRATAR e FAZER A DISPOSIÇÃO FINAL dos resíduos de saúde. No entanto, a empresa HABILITADA anexou apenas atestados que inferem ser de outros serviços, que se quer requerem a mesma relevância tecnológica e complexa desde edital.

Consoante se retira dos atestados anexados pela empresa MKM, a comprovação é apenas de coleta de resíduos SÓLIDOS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação junto ao CREA-RJ da realização de atividade técnica que, o profissional **VICTOR GONÇALVES CORGUINHA**, como Responsável Técnico pela **MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME** prestou para O MUNICÍPIO DE SUMIDOURO – RJ os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

4.8 Objeto do Contrato:

- 1) **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE CAMINHÕES COMPACTADORES 350 T/MÊS.**
- 2) **OPERAÇÃO DE USINA DE TRIAGEM, RECICLAGEM E TRANSBORDO.**
- 3) **TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ATÉ O ATERRO SANITÁRIO ATRAVÉS DE CAMINHÃO ROLLON ROLLOF.**

Do mesmo emitente ainda, referente a outro período:

4.7 Objeto do Contrato:

- 1) **Coleta de resíduos (RSU) em caminhão compactador: 2112 horas/1.290 Toneladas;**
- 2) **Coleta de resíduos (RSU) em caminhão compactador: 1.056 horas/660 Toneladas;**
- 3) **Coleta de resíduos recicláveis em caminhão basculante de caçamba aberta: 384 horas/450 Toneladas;**
- 4) **Transporte rodoviário em caminhão Rollon-Rollof e transbordo de RSU: 1950 Toneladas;**
- 5) **Contratação de separação do RSU (Operação de Usina de Triagem e Reciclagem), processo de triagem para retirada dos recicláveis antes de seguir para a destinação final: 1056 horas/1950**

Dos demais emitentes, mais dois atestados:



1.7 Objeto do Contrato:

- 1) SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.
- 2) VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO.



- 1) SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RSU, VARRIÇÃO MANUAL E MECANIZADA DE VIAS PÚBLICAS, COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE ENTULHO E SERVIÇO DE CAPINA MANUAL E PINTURA DE GUIAS DE RUAS, NAQUILO QUE SE TRADUZ COMO SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA, À PERFEITA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS NO PERÍODO DE 12 MESES.

Conforme se vê, NENHUM ATESTADO diz respeito ao objeto da presente licitação, não comprovando, portanto, a complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior que o processo exige.

Os atestados acima não se assemelham em nada com o objeto a ser contratado, nem em características e muito menos em periculosidade. Os atestados apresentados, nada mais é que coleta



de resíduos comuns, sem nenhum tipo de risco, ou seja, pela capacitação apresentada, a empresa não se mostrou minimamente qualificada para a execução do objeto.

O aceite da contratação de uma empresa sem o mínimo de capacitação técnica representa um risco para a administração.

O Objeto é coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde, todas as etapas possuem riscos aplicados e por isso a qualificação técnica deve abranger pelo menos partes do objeto, o que não é o caso da MKM, ela não se mostrou qualificada para nenhuma das etapas.

Importante lembrar o **princípio da vinculação do edital**, onde obriga as participantes a CUMPRIREM INTEGRALMENTE as exigências do edital e seus anexos. Entendimento outro, acaba por beneficiar a participante, já que não cumpriu o disposto no instrumento, em quanto as demais teriam que cumprir.

2.2.2. Descumprimento ao Item 9.3.11 do edital

O item referido exige:

9.3.11 Certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual (Alvará Sanitário), dentro da validade, pertinente ao objeto licitado.

O Alvará Sanitário apresentado pela empresa habilitada não cumpre o requisito exigido, pois o objeto não condiz com o licitado.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Sumidouro
Secretaria Municipal de Saúde
Coordenação de Vigilância em Saúde



LICENÇA SANITÁRIA

Licença Sanitária nº ---

Razão Social: MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATAS E RECICLAGEM LTDA.

Nome Fantasia: MKM SUSTENTABILIDADE E SAÚDE

Endereço: Est. Boa Ventura s/n – Zona Rural, Sumidouro/RJ

Processo nº: ---

CNPJ: 07.692.085/0001-65

Ramo(s) da Atividade: Transporte Rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Coleta de resíduos não-perigosos.

Não é de difícil interpretação, concluir que a empresa INDEVIDAMENTE habilitada se quer é do ramo pertinente ao objeto ora licitado.

Além disso, mais grave ainda, que o Alvará NÃO PERMITE COLETA DE REDISUOS PERIGOSOS que é o caso dos resíduos de saúde, aqui Licitados:

Ramo(s) da Atividade: Transporte Rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Coleta de resíduos não-perigosos.

Revela-se GRAVE situação ao HABILITAR-SE a empresa que não cumpre minimamente os ditames editalícias, no que concerne a comprovação de capacidade técnica do objeto licitado.



2.3. Desatendimento ao Item 9.3.12

A arrematante vencedora, empresa MKM, não possuía condição de participar do certame na data da sessão.

Isto porque, muito embora tenha firmado declaração de que atendia os requisitos de habilitação, conforme se retira do documento anexado, contrato com a terceirizada ESSENCIS AMBIENTAL, o mesmo foi emitido somente no dia 18/09/2024, ou seja, mais de 15(quinze) dias após a ocorrência do certame.

Ora, como a empresa participou do certame mesmo sem ter as condições previstas no edital?

No caso, se tivesse sido a primeira arrematante, na data da sessão (30/08/2024), não teria como atender o objeto da licitação, vez que não teria contrato para destinação final dos resíduos.

Conforme contrato apresentado:



Diante dos fatos apresentados, resta clara a inabilitação da empresa MKM por não comprovar a qualificação técnica exigida para o momento da sessão do certame, comprometendo a transparência e a legalidade do certame, e desrespeitando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e da vinculação do edital, há que todas as participantes estão obrigadas.



3. DOS PEDIDOS

Na esteira do exposto, requer que seja julgado provido o presente recurso, reconhecendo-se a **INABILITAÇÃO** da empresa **MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME**, tendo em vista que **NÃO** atendeu as exigências editalícias e legais no certame epigrafado, como foi devidamente demonstrado acima.

Na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o art 165, da Lei nº 14.133/21.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Queimados-RJ, 23 de setembro de 2024.

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ nº 03.392.348/0009-17

Cristian Paulo Kehl Balbinot

CPF: 010.580.759-18

RG. 4.077.236 (SSP/SC)

Administrador

03.392.348/0009-17
SERVIOESTE
SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
RUA POAÇU, Nº 51
BAIRRO CAMPO ALEGRE - CEP 26.373-250
QUEIMADOS - RJ